



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PEDAGOGIA**

FRANCISCO GARDEL RODRIGUES SILVA

**“ANOTAÇÕES EXPLORATÓRIAS SOBRE ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL E
EDUCAÇÃO INTEGRAL NA PERSPECTIVA DE ANÍSIO TEIXEIRA”**

**Palmas - TO
2021**

FRANCISCO GARDEL RODRIGUES SILVA

**“Anotações exploratórias sobre escola de tempo integral e educação integral na
perspectiva de Anísio Teixeira”**

Artigo apresentado à UFT - Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Palmas – TO, para a obtenção do título de licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: professora: Dr^a. Rosilene Lagares.
Coorientadora: professora: Dr^a. Patrícia Medina.

Palmas - TO

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

R696 ◆ Rodrigues Silva, Francisco Gardel .
Ações exploratórias sobre escola de tempo integral e educação integral na perspectiva de Anísio Teixeira” . / Francisco Gardel Rodrigues Silva. – Palmas, TO, 2022.
22 f.

Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pedagogia, 2022.

Orientadora : Prof^ª. Dr. Rosilene Lagares

Coorientadora : Prof^ª. Dr. Patricia Medina

1. Introdução . 2. Escola de tempo integral: histórico e normas. 3. Educação integral em Anísio Teixeira. 4. Considerações finais . I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

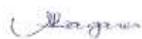
FRANCISCO GARDEL RODRIGUES SILVA

“ANOTAÇÕES EXPLORATÓRIAS SOBRE ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL E
EDUCAÇÃO INTEGRAL NA PERSPECTIVA DE ANÍSIO TEIXEIRA”

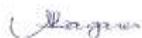
Artigo apresentado à UFT - Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Palmas – TO, Curso de Pedagogia foi avaliado para a obtenção do título de Pedagogia e aprovado em sua forma final pelo orientador e pela banca examinadora, sob orientação da professora: Dr.^a Rosilene Lagares.

Data de aprovação: 20/05/2021

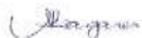
Banca examinadora



Prof.^a Dr.^a Rosilene Lagares
(UFT/Pedagogia/PPGE/PGEDA-Educa norte)
Professora Orientadora



Prof.^a Dr.^a Kátia Cristina Custódio Ferreira Brito
(UFT/Pedagogia/PPPGE)
Avaliadora Interna



Examinadora Prof.^a MSc. Meire Lúcia Andrade da Silva
(SME Gurupi-TO/UFG)
Avaliadora Externa

RESUMO

Este artigo aborda o tema escola de tempo integral e educação integral na perspectiva de Anísio Teixeira. Tem como objetivo compreender o espaço da escola de tempo integral para uma educação integral na perspectiva de Anísio Teixeira. Buscou-se identificar as concepções de educação integral no pensamento de Anísio Teixeira, bem como as experiências propostas pelo educador e estabelecer uma comparação com a proposta atual de escola de tempo integral, A educação integral pode ser vista como possibilidade, uma vez que a ampliação do tempo poderá contribuir para a elevação de oportunidades educativas. Destaca-se que a universalização desse modelo é, ainda, uma meta distante. Constitui-se de uma revisão de bibliográfica.

Palavras-chave: Compreender. Modelo de educação. Possibilidade. Universalização.

ABSTRACT

This article addresses the topic of full-time school and integral education from the perspective of Anísio Teixeira. It aims to understand the space of the full-time school for an integral education in the perspective of Anísio Teixeira. We sought to identify the concepts of integral education in the thought of Anísio Teixeira, as well as the experiences proposed by the educator and to establish a comparison with the current proposal of a full-time school. Of time can contribute to increasing educational opportunities. It is noteworthy that the universalization of this model is still a distant goal. It consists of a literature review.

Keywords: Understand. Education template. Possibility. Universalization.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| Introdução | 7 |
| Escola de tempo integral: <i>histórico e normas</i> | 9 |
| Educação integral em Anísio Teixeira..... | 15 |
| Considerações finais..... | 19 |
| Referências..... | 19 |

Introdução

Com o tema escola de tempo integral e educação integral na perspectiva de Anísio Teixeira, este artigo traz como pressuposto que o tempo e os espaços escolares não só corroboram com o clima e a cultura das instituições educativas, mas também confirmam a importância dessa concepção de educação que põe o estudante no centro do processo, buscando desenvolver esse indivíduo em todas as suas dimensões, seja ela física, intelectual, emocional, cultural e social.

Compreender a educação integral é pensar em uma concepção de educação que ofereça a todos as mesmas oportunidades. E para isso é necessário investimento grande e permanente na formação do professor e nas estruturas e manutenção de escolas através de diversos financiamentos.

É importante compreender também o caráter educativo dentro do espaço-tempo escolar, pois muitas pessoas que debatem a respeito da extensão do tempo/escola acreditam que a educação integral está associada com a ideia de aumentar o tempo na escola independente do que os estudantes estão fazendo, enquanto que para outras ela é apenas uma modalidade de ensino que traz a oportunidade de inserir conteúdo formativo a mais. Contudo, compreender a concepção de formação integral é pensar na pluralidade das pessoas com relação a gênero, à condição social, as crenças, o emocional e outros elementos existentes na vida do ser humano. E para que haja essa evolução das aprendizagens de crianças e jovens, devemos considerar sempre a formação do professor, melhoria das estruturas e outros espaços educativos existentes fora do contexto escolar, pois, compreende-se que essa concepção de educação integral é pouco compreendida até mesmo pelos próprios educadores.

Assim, nosso objetivo geral é compreender o espaço da escola de tempo integral para uma educação integral na perspectiva de Anísio Teixeira. Para alcançá-lo, traçamos como objetivo específico buscou-se compreender as concepções de educação integral no pensamento de Anísio Teixeira, bem como as experiências propostas pelo educador e estabelecer uma comparação com a proposta atual de escola de tempo integral.

Durante o período de estágio, ao observar a rotina da escola de tempo integral, Padre Josímo Tavares, para preencher o relatório que seria entregue a meu orientador o professor Dr. José Carlos Freire, observei algumas rotinas e acontecimentos que, no meu pouco entendimento, não condiziam com a educação integral que a escola afirmava

oferecer, Que de acordo com Menezes (2012) no contexto atual a educação integral pode ser considerada como “ação estratégica voltada para a garantia da atenção e do desenvolvimento integral de crianças e jovens” (p.138).

Sendo assim, o tempo integral não é visto como um fim, mas como meio de proporcionar aos estudantes maiores possibilidades de alcançar a formação integral. Considerando o sujeito em sua condição multidimensional, ou seja, não considerar apenas na sua dimensão cognitiva, como também na compreensão de um sujeito concreto, que tem sentimentos, alegrias, angustia e medos, ou seja, está inserido num contexto de relações humanas.

A compreensão desse sujeito deve ser considerada em seus aspectos psicológicos e sociais, acrescentando, ainda que o sujeito multidimensional seja um sujeito com propósitos, o que significa imaginar que além da satisfação de suas necessidades, ele tem reivindicações, e busca satisfação nas suas diversas formas de realizações, tanto nas atividades de criação quanto na conquista do prazer nas mais variadas formas.

A justificativa desse estudo nasce da necessidade de reconhecer que o aprendizado acontece desde o nascer e permanece por toda vida. Ocorrendo em diferentes cenários: inicialmente na família, com os pais; e com outros membros da família, ou até mesmo na constituição de uma nova família, enquanto que na escola; acontece em espaços formais e informais. Nesse contexto, é observado que a educação escolar necessita ser repensada, se a escola propõe uma rotina integral com os seus alunos ela deve se encarregar da promoção de uma estrutura física e pedagógica que seja suficiente para arcar com o objetivo necessário.

Um exemplo disso é quando acontecem sugestões que contemplem o planejamento de trabalho a partir dos interesses das crianças e jovens, têm-se mostrado mais eficácia do que aquelas que não o fazem esse intercâmbio. Isso não significa que é necessário trabalhar apenas com o que foi proposto inicialmente por elas, mas, também com aquilo que é proposto tanto como conteúdo escolar como curricular, tornando mais significativo quando dialogado e discutido com as partes, ou seja, interesses do grupo, como conhecimentos prévios, valores e seu dia a dia.

Nesse contexto, os desafios e inquietação que são colocados para os educandos e educadores, pode se transformar numa relação proveitosa de ensino-aprendizagem. Assim, o conhecimento infere a superação de enigmas, algo que incita o já conhecido e que estimula o desejo de sobrepujar. Mas, só é possível apropriar-se de conhecimento

quando é estabelecida relações entre o particular e o geral, o local e o global, entre o meio que o define como sujeito e o contexto ao seu redor, como educação formal e informal, tempo e espaço, ou seja, refletir ou falar de educação integral em escola de tempo integral hoje nos municípios pelo Brasil implica considerar a questão da variável tempo, a ampliação da jornada escolar sem esquecer a variável do espaço, colocada aqui no sentido do próprio espaço escolar, como o receptáculo dessa extensão de tempo, essas variáveis estão longe de se constituírem neutras, segundo Viñao-Frago (VIÑAO-FRAGO, 200, p. 99, trad. Dos autores, apud 2004, p. 65). Pessanha; Daniel e Menegazzo, [...] esses lugares e tempos são determinados e determinam uns ou outros modos de ensino e aprendizagem. [...].

O artigo está dividido em duas seções. Na primeira seção, apresentaremos a Escola de tempo integral: *histórico e normas*; na segunda, indicaremos os estudos da Educação integral em Anísio Teixeira. Para a sua construção, realizamos pesquisa com abordagem qualitativa em fontes bibliográficas, constitui-se em uma pesquisa realizada por meio de análise documental e revisão de literatura pertinente, identificando as concepções de educação integral em Anísio Teixeira e estabelecendo uma comparação com a proposta atual de escola de tempo integral abordando o tema, em especial, escritos de Anísio Teixeira e em artigos sobre as ideias desse autor.

Escola de tempo integral: *histórico e normas*

A educação constitui-se em um direito constitucionalmente garantido aos brasileiros, frente às dimensões adquiridas em relação às perspectivas de desenvolvimento econômico, social, humano, ético e de formação para a cidadania. Segundo o artigo 6º da Constituição brasileira de 1988 (CF/1988) “são direitos sociais a educação, a saúde, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988).

Mais do que uma prerrogativa legal, não apenas resultado do aprimoramento das normas, mas também fruto de lutas sociais que fizeram do seu reconhecimento um passo importante para que fosse inscrito na lei, a educação é dimensão fundante da cidadania (CURY, 2002) e fator determinante no processo de desenvolvimento social e econômico de uma nação. A garantia legal do direito à educação é o passo fundamental para que os governos trabalhem na elaboração de políticas públicas que viabilizem esse direito, elencado em primeiro lugar entre os direitos sociais definidos constitucionalmente.

Desde a promulgação da CF/1988, nas esferas federal, estadual e municipal, vem sendo elaboradas e implementadas ações para a efetivação do compromisso do Estado com a educação pública. No entanto, as mudanças sociais, políticas e econômicas que se desenvolvem neste século XXI passaram a exigir adaptações das instituições sociais para atenderem a novas demandas. A sociedade atual exige uma escola que prepare o estudante para o exercício da cidadania e que ao mesmo tempo o qualifique para o mercado de trabalho.

Defende-se a integralidade de sua formação de modo a ser preparado para enfrentar e resolver problemas, sendo a escola um dos ambientes privilegiados de formação. Por isso, o debate acerca da educação em tempo integral vem se fortalecendo como bandeira de setores representantes da sociedade civil e entre estudiosos da educação. (GADOTTI, 2009).

Atualmente, defende-se a escola de tempo integral como alternativa para o alcance de uma educação de qualidade aos brasileiros podendo responder às novas expectativas sociais. No entanto, longe de ser universalizada, a escola pública em tempo integral aparece como proposta ou por meio de experiências isoladas desde que os Pioneiros da Educação Nova defenderam em seu Manifesto que a educação tem como objetivo dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano.

Compreende-se que a preocupação no início foi tirar as crianças da rua, ou seja, da ociosidade, considerando que as escolas contempladas com os projetos comumente se encontravam em locais de alta vulnerabilidade, então foi oferecido a essas comunidades a oportunidade de desenvolver habilidades que lhes integrasse ao mercado de trabalho formal e informal e não a educação emancipadora. A educação em tempo integral está presente na literatura de várias formas. Registros informam que quando a instituição escolar era adquirida como privilégio de alguns, esta era voltada apenas para a formação de alguns sujeitos da sociedade, sendo que a atividade educativa era realizada em período integral.

Um dos lugares do conhecimento é a escola, que, quando considerada, pode tornar-se um estímulo para as mudanças sociais e culturais, pois como já afirmava Freire (2000, p. 35) “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Mas para atingir esses objetivos é necessário que a escola continue se mantendo firme, buscando a cada dia melhorias na sua qualidade, superando as barreiras que impedem cumprir sua função social e cultural, observando a perspectiva

apontada por Freire (2005), de que o sujeito seja educado, de modo que saiba ler o mundo, para que possa nele agir para transformá-lo. É nessa perspectiva que buscamos uma educação consciente de seu papel social e que seja um dos principais veículos transformador da sociedade. Inúmeros autores tentam retratar e conceituar a qualidade da educação.

A educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, bem como a inserção no mundo e a constituição da cidadania também como poder de participação, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Qualidade é, pois, implícito à educação e ao ensino (LIBÂNEO 2007, p.117).

Todavia essa perspectiva tem sido deturpada pela busca incessante de quantidade em detrimento da qualidade, modificando a essência da qualidade para a competitividade. Essa compreensão tem sugerido as ações das escolas, ou seja, ranqueando-as em boas ou ruins. É nessa perspectiva que a mídia tem utilizado os ideais buscados pelo Ministério da Educação (MEC, 2007), quando estabeleceu Indicadores de Qualidade na Educação (IQE), mostrando aspectos de determinada realidade de forma generalizada, ou seja, qualificando as escolas pela quantidade de pontos obtida pela média, sem levar em conta a tradição cultural e social existente naquela região, sendo assim, as suas diferenças culturais e regionais.

Divulgando tais informações, a mídia, desconsidera os indicadores definidos pelo MEC (2007 pp.9-10). Esses indicadores possuem especificamente sete dimensões: “ambiente escolar, prática pedagógica e avaliação, ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, espaço físico escolar e, por fim, acesso, permanência e sucesso na escola”. Os ideais competitivos se sobrepondo à qualidade representando um dos obstáculos que tem afetado a busca pela melhoria da qualidade da educação nas escolas. Dessa forma a busca pela qualidade deixou de ter um sentido solidário e tornou-se injusta competitiva.

Na busca pela qualidade na educação tem se procurado, na gestão democrática, uma oportunidade para instituí-la, preocupando-se com o cuidado com a relação escola-família, pois está se tornando condição básica para se atingir os objetivos de uma educação transformadora e de qualidade. A gestão democrática, parte do papel fundamental que é realizado pelo diretor. Além de administrar e gerenciar inúmeras

demandas diárias em uma escola deve atuar na constituição de uma equipe colaborativa de trabalho incentivando a participação da comunidade escolar (professores, pais, alunos, comunidade e demais serventuários) sempre refletindo sobre a construção da identidade desta escola, ou seja, a construção da identidade da escola deve se iniciar na construção do Projeto Político Pedagógico.

Quando é construído projetos nas escolas, a intenção desse planejamento é de fazer, de realizar, é projetado para diante, com base no que se tem, sempre buscando o possível é analisando o futuro diferente do presente. Segundo Paro (2000), a educação de qualidade, nas escolas públicas, é aquela que se referem:

Á educação por inteiro, não apenas a aspectos parciais passíveis de aferição mediante provas e exames convencionais. Como processo de atualização histórico-cultural, a educação envolve dimensões individuais e sociais, devendo visar tanto ao vi+ver bem pessoal quanto à convivência social, no desfrute dos bens culturais como herança histórica que se renova continuamente (PARO, 2000, p. 13).

Os indivíduos estão em permanente processo de socialização, ou seja, estão sempre aprendendo e recriando normas de convívio, códigos de conduta, valores e patrimônio cultural da sociedade em que vivem. Para ajudar nesse processo criou-se a escola com objetivos sócios educativos específicos, que segundo Zaia Brandão (2009) são:

Fornece as crianças e jovens condições de adquirir conhecimentos e habilidades tipicamente escolares (leitura, escrita, calculo e conhecimentos básicos de história, geografia e ciências) necessários ao exercício pleno da cidadania na vida moderna; - ser um espaço de socialização secundária – a interação com grupos externos às relações familiares e o convívio sistemático com pares (outras crianças e jovens) complementa a ação da educação como fenômeno social mais amplo (BRANDÃO, 2009. p 98).

O acesso à escola não garante a cidadania escolar. Ao mesmo tempo em que se garante aos alunos o acesso à escola não há uma garantia de desenvolvimento do indivíduo, visto que as escolas públicas passam a serem vistas como uma forma de solucionar todos os problemas dos seres humanos. Porém, quando se faz uma avaliação na qualidade de aprendizagem dos alunos fica evidente o baixo padrão de escolaridade oferecido à população, pois a função da escola se confunde com a dos pais na hora de educar o aluno, o que prejudica o desenvolvimento em sala.

Neste sentido, cabe considerar o que estabelecem os normativos em vigor no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - Lei 9394/1996), em seu artigo 34, parágrafo 2º estabelece que “O ensino fundamental será ministrado

progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino. ” Observa-se a restrição ao ensino fundamental, sendo excluídas as outras etapas da educação básica. Segundo Queiroz (2015) na Lei 10172/2001 (Plano Nacional de Educação – 2001/2010) não há capítulo específico sobre o assunto, sendo tratado em metas sem a definição de prazos ou perspectivas de atendimento.

No entanto, com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), proposto pelo Governo Federal em 2007, foi retomado o debate acerca da escola de dia completo. Na Lei 13005/2014 que regula o Plano Nacional de Educação (PNE), a escola em tempo integral está presente na meta 6 que determina “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos da educação básica. ” A meta 6 conta com nove estratégias, entre elas o apoio da União em sua oferta e a expansão da jornada escolar para no mínimo 7 horas diárias (estratégia 1) e inclui o regime de colaboração entre União, estados, municípios e o Distrito Federal para a construção de escolas adequadas ao tempo integral, “prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social” (Meta 6, estratégia 2).

A primeira consideração a ser feita é em relação ao fato de a Lei 13005/2014 ir além do que estabelece a LDBEN no que diz respeito à abrangência da proposta de tempo integral para toda a educação básica, apesar de existirem dificuldades para os estudantes de o ensino médio conseguir manter-se apenas estudando, sem que necessitem trabalhar. Uma segunda consideração deve ser feita em relação à meta 6, cuja concretude não está num plano de difícil realização ao estabelecer 50% das escolas com 25% dos alunos em tempo integral, ou seja, esses percentuais viabilizam o PNE cuja duração é de 10 anos.

De acordo com o Censo Escolar (INEP, 2014) atualmente 34,7% das escolas públicas já oferecem matrículas em tempo integral e 13,2% dos estudantes acessam essas matrículas. Ou seja, os números atuais são animadores. Em trabalho de Moll (2014) sobre a escola de tempo integral no PNE, a autora destaca:

Assim, ao explicitar na meta 6 o oferecimento de educação em tempo integral, no mínimo, em 50% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 25% dos estudantes da educação básica e progressivamente implementar a atuação do professor em uma mesma escola, o PNE dialoga com um processo de construção em curso no País que reconecta o passado – nos termos de Anísio e Darcy – ao presente, projetando um futuro distinto. Aliás, Paulo Freire dizia que não há futuro se o presente não for transformado (MOLL, 2014, p. 375).

Considera-se que o novo PNE encontra certa tranquilidade em relação ao alcance da meta 6 em virtude de políticas públicas virem sendo implementadas desde 2006 com a aprovação da Lei 11494/2006 que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e da aprovação do PDE em 2007. Nesse contexto, destaca-se como política de incentivo do Governo Federal a instalação do tempo integral nas escolas públicas brasileiras o Programa Mais Educação.

Partindo do ponto que a escola é vista como a salvadora dos problemas sociais, a escola assumiu tantas funções que não era sua que afetou o nível de aprendizagem, desta forma começou um ciclo vicioso piorando os problemas sociais. Para que a escola integral seja de fato um ensino de melhor qualidade tem-se que investir nos professores, com salários e condições de trabalho adequado para que eles possam se dedicar integralmente a instituição. Brandão (2009) coloca alguns pontos que justifique condições de propostas para uma escola em tempo integral entre elas:

Tempo acrescido de exposição ao universo escolar, sobretudo às crianças das camadas populares, cujas famílias de origem não tiveram acesso as escolaridades fundamentais para apoiá-las no acompanhamento das atividades escolares; condições de atendimento diferenciado a grupos com habilidades ou dificuldades específicas. Condições para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares combinados com as áreas de artes, educação física, etc.; condições para práticas desportivas e culturais que ofereçam recursos específicos e de qualidade em áreas em que normalmente não estão disponíveis, como é o caso dos bairros onde vivem muitos setores das camadas populares (BRANDÃO, 2009. p 106).

Segundo ela o tempo integral é uma condição de melhoria no desenvolvimento das crianças e jovens de baixa renda. Nos dias de hoje já houve grandes avanços no sentido de promover a educação integral, acredita-se que há muito a se fazer, começando pela estruturação da escola ao receber a criança em tempo integral. A educação integral tem como meta a educação para todos.

Enfim, o tempo integral parece-me ser uma condição de cidadania escolar para crianças e jovens que são, até hoje, penalizados pela baixa qualidade do ensino que o sistema público lhes oferece, apesar das honrosas exceções. É preciso, no entanto, que não se perca o horizonte da especificidade da instituição escolar e que não se descure da qualidade de instalações e equipamentos didático-pedagógicos que tornam o espaço escolar um ambiente rico de possibilidades de aprendizagem, seja para os alunos, seja para os professores e as equipes administrativas (BRANDÃO, 2009. p 106).

Construir uma escola integral é uma tarefa social, não cabe somente a professores, pais e crianças, mas toda a sociedade, nesse sentido, precisa construir condições reais para o atendimento das crianças e para que isso ocorra é preciso contar

com a participação de todos nesse processo. É muito importante que o profissional da educação incorpore, em sua prática pedagógica, uma constante reflexão e avaliação sobre suas ações no cotidiano escolar, buscando uma atitude coerente com seu papel de educador.

Educação integral em Anísio Teixeira

O conceito da palavra integral significa inteiro, completo, total, o que é mencionado nas diversas definições de escola e de educação propostas por Anísio Teixeira e retomadas mais recentemente nas discussões acerca da necessidade de ampliar permanência do estudante na escola. A Educação Integral compreendida como formação integral é a mesma que considera o sujeito em sua condição multidimensional, mostrando a essencialidade de evolução integrando suas faculdades cognitivas, afetivas, corporais e espirituais. É nesse contexto que o sujeito é compreendido:

[...] em uma condição multidimensional, não apenas na sua dimensão cognitiva, como também na compreensão de um sujeito corpóreo, tem afetos e está inserido num contexto de relações. Isso vale dizer a compreensão de um sujeito que deve ser considerado em sua dimensão biopsicossocial (GONÇALVES, 2006, p. 2-3).

A política da escola pública no contexto de período integral mostra uma tentativa do sistema educacional brasileiro de consolidar as práticas educativas escolares valorizando a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e participativo na sociedade. Essas intenções surgiram há muito tempo, mas, a primeira experiência de educação integral, em escola de tempo integral, aconteceu na década de 1950, No Centro Educacional Carneiro Ribeiro, localizado no Estado da Bahia, implantado por Anísio Teixeira, e, na década seguinte (1960), no estado de São Paulo com os projetos de ginásios vocacionais, e no Distrito Federal com a Escola Parque, também idealizada por Anísio Teixeira, ainda que se fizesse presente nos textos de Anísio Teixeira desde os anos 30.

As escolas criadas por Anísio e a geração de educadores à qual pertenceu, tanto nos anos 30 quanto nos anos 50 e 60, não foram vistas pelos alunos que as frequentaram como locais de confinamento. Pelo contrário, constituíram (sic) a possibilidade de reapropriação de espaços de sociabilidade crescentemente sonogados às classes trabalhadoras pelas reformas urbanas que lhes empurravam para a periferia da cidade. Para muitos desses alunos, essas escolas foram a única abertura para uma vida melhor (NUNES, 2001, p. 12-13).

Nessa lógica, ressalta-se que foram durante essas primeiras décadas do século XX que Anísio Teixeira desenvolveu e conferiu consistência teórica ao termo educação integral propondo um complexo educacional que apresentava a seguinte configuração:

Escolas nucleares e parques escolares, sendo obrigada a criança a frequentar regularmente as duas instalações. O sistema escolar para isso funcionará em dois turnos, para cada criança. Em dois turnos para crianças diversas de há muito vem funcionando. Daqui por diante será diferente: no primeiro turno a criança receberá, em prédio adequado e econômico, o ensino propriamente dito; no segundo receberá, em um parque-escola aparelhado e desenvolvido, a sua educação propriamente social, a educação física, a educação musical, a educação sanitária, a assistência alimentar e o uso da leitura em bibliotecas infantis e juvenis (TEIXEIRA, 1996, p.243).

Gradualmente, essas intenções foram tomando corpo em diversos Estados Brasileiros a partir da década de 50. Lembrando que na década de 1980 surgiram os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP's), no estado do Rio de Janeiro, criados por Darcy Ribeiro, a partir da experiência de Anísio Teixeira de forma que constituíram um projeto experimental com orientações básicas curriculares que foram coordenadas e apoiadas pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – Inep, órgão dirigido na época por Anísio Teixeira.

Em seguida, surgiram outras experiências de educação integral em vários estados da federação brasileira. E todas estas experiências e concepções de Educação Integral iniciaram do princípio da necessidade de uma educação mais completa e emancipadora, ou seja, na sua integralidade sendo possível para qualquer ser humano.

As considerações de Anísio Teixeira acerca da educação a coloca como elemento determinante do processo de desenvolvimento da sociedade que em momentos cruciais ele denomina mesmo como processo revolucionário. No entanto, segundo Saviani (2013) a atuação de Anísio sofreu resistências dos grupos dominantes de sua época que se contrapunham às transformações da sociedade que visassem a superação das desigualdades que sempre marcaram a realidade brasileira.

Considerando a educação como direito de todos e não como um privilégio das elites, a obra de Anísio Teixeira é pautada na defesa da educação de qualidade para todos. No período de maior produção intelectual de Anísio (décadas de 1930 a 1960) o Brasil passou por fortes mudanças econômicas, com um rápido processo de industrialização e urbanização, e mesmo sendo possível identificar avanços nas políticas sociais, como por exemplo, a aprovação de leis trabalhistas; as mudanças aconteceram dentro de limites e objetivos, caracterizando um esforço de transição das estruturas neocoloniais para a afirmação do capitalismo dependente.

Nesse contexto, inclui-se a educação com a necessidade de expansão dos sistemas de ensino para atender às novas demandas de qualificação para o trabalho. Em

seu livro *Educação não é Privilégio* Anísio Teixeira (1977) propõe a reflexão sobre a natureza do sistema educacional brasileiro, desde o advento da República, qual seja o de um sistema educacional dualizado, onde a maioria da população sequer tinha acesso à escola.

Segundo Anísio, no Brasil, a realidade histórica apresentava uma educação segregadora e tradicional, desde os seus primórdios, onde a escola era para os setores dominantes, para a elite, inclusive observava que os currículos eram preparados visando atender aos “privilegiados” (TEIXEIRA, 1977, p.29).

Um dos instrumentos pela busca para melhorar a qualidade da educação criado no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do MEC (2007), foi o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que traz inúmeros programas, dentre eles, o Mais Educação. Este programa nasceu no intuito de propor uma educação integral, em escolas de tempo integral, buscando melhorar o desempenho dos alunos e o aproveitamento do tempo escolar.

O Programa Mais Educação instituído pela Portaria Interministerial 17/2007 e pelo Decreto Presidencial 7083/2010. Corresponde a uma estratégia para fomentar a ampliação da jornada escolar a, no mínimo, 7 horas diárias, bem como a organização do currículo das escolas para atender à perspectiva da educação integral, visando a redução das históricas desigualdades educacionais (BRASIL, 2007).

É importante ressaltar que os investimentos feitos no programa são resultados de esforços de sete ministérios, entre eles, o Ministério da Educação (MEC), cuja responsabilidade de operacionalizar o programa cabe à sua Secretaria de Educação Básica (SEB). Por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O programa se destina a atender escolas de baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que se localizam em áreas consideradas de maior vulnerabilidade social. Para receber recursos do PDDE/mais educação a escola deve se cadastrar no Sistema Integrado de Monitoramento da Educação (SIMEC) e possuir uma unidade executora (UEx) de acordo com legislação do PDDE.

O Programa Mais Educação pode ser compreendido como uma política de transição com vistas a facilitar a passagem da escola de tempo parcial para a jornada escolar de dia completo, sendo a ampliação do tempo vista como consolidação do

direito à educação, “mais tempo na escola com vistas a ampliar os horizontes formativos, as experiências educativas” (MOLL, 2014, p. 373).

Mesmo assim, de acordo com Gadotti (2009) o tempo integral deve ser prerrogativa da escola que, para implantá-lo precisa promover adaptações com o preparo técnico e formação de todos os profissionais envolvidos e com a ampla participação da comunidade, inclusive porque a integração escola-comunidade neste modelo é fator fundamental. Por isso, o PDDE/mais educação deve alcançar o limite das necessidades reais da escola; repasses de valores mínimos não devem representar possibilidades de avanços na proposta do Programa Mais Educação. Daí a necessidade de investigação acerca da execução do programa in loco, ou seja, nas escolas.

A experiência de Anísio não conseguiu se multiplicar, mesmo depois, já nos anos 1960 quando foi responsável pela organização do sistema escolar da nova capital do Brasil. Em Brasília Anísio propôs um sistema escolar de formação integral e que, por isso, ampliava o tempo da escola, mas estabelecia uma divisão das atividades acadêmicas a serem realizadas em um ambiente físico e as atividades de caráter cultural, recreativo, esportivo e de educação para o trabalho em outro turno e ambiente (QUEIROZ, 2015). O que era para funcionar em toda a capital continuou como experiência, já em 1962, o próprio Anísio reconhecia que a proposta inicial havia sido abandonada, uma vez que ao ser privilegiado o número de matrículas, o tempo integral havia sido suprimido.

De acordo com Moll (2014), a escola de tempo integral é uma condição para o enfrentamento das desigualdades educacionais e constitui-se como perspectiva de uma escola de qualidade para todos. Nos diversos momentos de suas experiências “caminhou-se na trilha de uma proposta de escola de dia inteiro, na perspectiva de formação humana integral (MOLL, 2014, p.372).

Apesar do termo educação integral não ser usual em suas obras escritas, a concepção de Anísio sobre o tema era de que a educação deve preparar o sujeito integralmente, lhe oferecendo condições para atuar nas diversas situações e vivências. A escola não era vista como única possibilidade, mas como lugar onde a educação integral poderia ser potencializada. Portanto, não se restringindo a mera transmissão de conteúdo, a escola deveria ser local de transmissão de valores éticos, morais, culturais, artísticos e de preparação para o exercício de uma profissão. Não seria possível

imaginar a escola pública sem o turno único, este seria uma consequência do modelo defendido.

Considerações finais

As crianças precisam de uma instituição que lhe ofereça: educação, segurança, respeito, igualdade, carinho, saúde e um ambiente que a estimule a aprender. O ambiente escolar deve ser adequado para possibilitar uma educação integral, onde a criança possa ficar o dia todo na escola.

Em face do exposto sobre a escola de tempo integral para da educação integral na perspectiva de Anísio Teixeira e seu funcionamento, é fato que os vários modelos trazem contribuições para a construção de uma educação verdadeiramente para o povo. Porém, é necessário destacar que não há aqui a intenção de eleger um modelo como o melhor, mas apontar como funciona e compreender aonde a dificuldade acerca do funcionamento dessas escolas.

Esse modelo de escola vai de encontro a uma perspectiva educacional de superação do modelo de educação integral, portanto uma educação integral para além da exclusão promovida pela escola pública aos filhos dos trabalhadores, pois estes sofrem com a falta de investimento e com a exclusão promovida pelo Estado às massas.

A reflexão sobre a prática educativa e a importância da mediação no desenvolvimento integral dos sujeitos, deverá ser constante, pois se acredita que tendo estas oportunidades em ouvir, ser ouvido, ver, sentir, experimentar e criticar diante do que é vivenciado nas instituições educacionais, conseguem deste modo desenvolver e apropriar conhecimentos, fazendo que cada prática seja significativa.

No sentido de promover este trabalho de efetivação da educação integral e avançar na direção de um conhecimento que integre todas as dimensões dos sujeitos, é necessário promover um clima de identificação e compreensão do processo pedagógico entre todos os envolvidos, sabendo aceitar plenamente e integralmente todas as crianças, cada qual com sua individualidade, enfatizando suas potencialidades e respeitando seus erros, e assim desenvolvendo sua autoestima, evitando a exclusão.

Referências

_____. **Lei n. 11.494, de 20/06/2007.** Regulamenta o Fundo de Ideb - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Imprensa Nacional: Brasília, Diário Oficial da União, 21/06/2007a.

_____. **Presidência da República. Decreto n. 6094, de 24/04/2007.** Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal. Imprensa Nacional: Brasília, Diário Oficial da União, 26/04/2007b.

_____. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.** Educação integral/educação integrada e (m) tempo integral: concepções e práticas na educação brasileira: Mapeamento das experiências de jornada escolar ampliada no Brasil. MEC, 2009.

_____. **Lei 9394/96. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília: Senado Federal, 2004.

_____. Portaria Normativa Interministerial n° 17, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre o **Programa Mais Educação.** Brasília, 2007.

_____. Emenda Constitucional no. 59, de 11 de novembro de 2009. BRASIL, Ministério da Educação. **Educação Integral:** texto referência para o debate nacional. MEC: Brasília, 2009.

_____. BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Lei n. 9394/96, de 20/12/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Imprensa Nacional: Brasília, Diário Oficial da União, 23/12/1996.

_____. **Rede de Saberes Mais Educação:** pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral: caderno para professores e diretores de escolas. – 1° Ed. – Brasília: Ministério da Educação, 2009. 92p.

_____. **Lei n° 11.494, de 20 de junho de 2007.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), de que trata o Art. 60 do ADCT; altera a Lei 10.195/2001, revoga dispositivos das Leis 9.424/1996, 10.880/2004 e 10.845/2004. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22/06/2007.

_____. **Lei n° 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172> Acesso em 25 de junho de 2019.

ARENDDT, H. **A crise na educação.** In: Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 221-247.

BRANDÃO, Zaia. **Escola de tempo integral e cidadania escolar.** Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, p. 97-108, abr. 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.ª edição.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. 1.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil**: Inovações em Processo. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GONÇALVES, Antônio Sergio. **Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral**. Cadernos Cenpec, São Paulo, v.2, n.1, 2006. Disponível em:<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/es_tempointegral/Reflexoes_ed_integral.pdf> Acesso em: 22 Junho.2019.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOLL, Jaqueline. **O PNE e a Escola de Tempo Completo e Formação Integral**. Revista Retratos da Escola. Brasília, v. 8, nº 15, p. 369-381, jul/dez, 2014.

NUNES, C. Anísio Teixeira. **A poesia da ação**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 16, p. 5-18, abr. 2009.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 5. ed. São Paulo: Ed. Xamã, 2000.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação Não É Privilégio**. 4ª Ed., ED. Nacional. São Paulo. 1977.

VIÑAO-FRAGO apud PESSANHA, E. C.; DANIEL, M. E. B. e MENEGAZZO, M. A. **Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar**: uma trajetória de pesquisa. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 27, p. 57-69, dez. 2004.